

Portal Gestão Sindical

Petrobras opera refinarias no limite

06/01/2014 por Valor Online

Com o estrangulamento da capacidade de refino cada vez mais em evidência, a Petrobras foi multada pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) por operar a Refinaria de Paulínia (Replan), em São Paulo, a maior do país, acima da capacidade autorizada. A multa, de R\$ 151,50 mil, é simbólica, mas sinaliza maior rigidez da agência diante dos níveis elevados de capacidade de refino que vem sendo utilizados pela estatal, em torno de 95%. No fim de semana, a Refinaria Duque de Caxias, no Rio, sofreu um incêndio.

Responsável por cerca de 20% do refino nacional, a Replan tem capacidade para processar 396 mil de barris de óleo por dia. A infração ocorreu nos últimos cinco anos, mas a ANP disse ao *Valor* que não há como precisar o período e se foi de forma contínua. Segundo a agência, também "não é possível informar o quanto operou acima, pois não há um valor fixo, variando ao longo dos cinco anos".

A ANP reconheceu um recurso interposto pela Petrobras, mas negou provimento na reunião de diretoria de 18 de dezembro. Procurada, a Petrobras informou que não iria comentar o tema.

A autuação acontece ao fim de um ano em que a Petrobras comemorou sucessivos recordes de refino e em que algumas unidades chegaram a atingir 99% da capacidade. Segundo uma fonte, operar por muito tempo além de 95% é perigoso, pois pode causar acidentes. A segurança vem sendo destaque nas pautas de petroleiros, que se queixam da postura da Petrobras no refino.

O problema ficou mais exposto no fim do ano, quando quatro refinarias registraram acidentes em menos de três semanas. O caso de maior destaque foi na Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), em Araucária (PR), que pegou fogo e ficou paralisada por cerca de duas semanas.

Embora já tenha voltado a operar, alguns postos de Florianópolis (SC) ficaram sem combustíveis nos últimos dias de 2013. "O que nós sabemos é que foi algum problema relativo ainda ao abastecimento via Repar", disse César Guimarães, diretor de mercado do Sindicato Nacional das Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes (Sindicom). A tradicional elevação da demanda por combustíveis no fim do ano contribuiu com a situação. A região já está abastecida.

Sobre este tema, a Petrobras informou que cumpriu os compromissos de entrega de combustíveis nos terminais de SC conforme acordado com distribuidoras. "Também foram disponibilizados volumes adicionais nos dias 30/12 e 31/12", afirmou.

Em meio a série de problemas do segmento, a ANP prevê publicar, neste mês, resolução com regras mais rígidas para a manutenção nas refinarias. A medida é semelhante a implementada pela agência na área de exploração e produção de petróleo, que teve como consequência um ritmo maior de paradas programadas de plataformas.

O cenário, mais uma vez, converge para a atual política de preços de combustíveis. Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), disse que o parque de refino brasileiro não dá conta da crescente demanda, que é estimulada pelo controle dos preços. Com a gasolina e diesel valendo menos do que no exterior, o setor também se apresenta pouco atrativo para novos investidores.

Diante disso, a Petrobras se vê obrigada, mais uma vez, a investir em uma atividade que não é a extração de petróleo, seu principal negócio. Pires apontou que antes da política de preços ficar tão rígida, a capacidade de refino utilizada no país ficava em torno de 85%, semelhante aos EUA.

As refinarias, que já não trazem margens relevantes para petroleiras, chegam a gerar margens negativas para a Petrobras, devido a posição do governo, controlador da empresa, que impede os reajustes de combustíveis necessários. "Novos investimentos devem ser muito estudados, pois a limitação de preços é um problema", disse outro graduado especialista, com a condição de anonimato.

A Petrobras prevê investir, entre 2013 e 2017, US\$ 64,8 bilhões na área de abastecimento, dos quais 51% serão empenhados na ampliação do parque de refino.

Jornal do Brasil, 07/01/14

Trabalhadores estão correndo risco nas Refinarias

Produção além do limite pode provocar novos acidentes

*Amanda Rocha**

A falta de investimento em refinarias, para atender à demanda crescente por combustíveis no país, está forçando a Petrobras a utilizar a capacidade máxima de refino, o que pode colocar em risco a estrutura de produção e até mesmo os trabalhadores do setor. Um incêndio na Unidade de Coque da Refinaria Duque de Caxias (Reduc) no último sábado (4), que interrompeu a produção de

combustíveis do local, estaria trabalhando com 120% da capacidade de suas máquinas, impedindo até mesmo a manutenção do local, segundo Simão Zanardi, presidente do Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias (Sindipetro Caxias).

O acidente trará um prejuízo de R\$ 500 mil por dia para a Petrobras, já que essa é a lucratividade diária da refinaria, de acordo com ele.

Para Simão, o Brasil precisa construir mais refinarias para entrar na autossuficiência de refino de petróleo e conseguir diminuir o gasto com importações. Mas isso só irá acontecer quando o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) e a Refinaria Abreu e Lima ficarem prontos, em meados de 2020, segundo ele.

E as obras já sofreram diversos atrasos. O Comperj, por exemplo, deveria ter sido entregue em setembro de 2013. Após o Tribunal de Contas da União (TCU) identificar diversas irregularidades graves na instalação das tubovias, agora o prazo se estende para agosto de 2016. O custo do complexo, que era inicialmente de R\$ 19 bilhões, já passa dos R\$ 26 bilhões.

O presidente da empresa do setor petroquímico Braskem, Carlos Fadigas, chegou a afirmar em seminário de petroquímica que não existe sentido em empreender um projeto desse nível sem incentivos fiscais.

Enquanto a indústria de energia no Brasil continua atuando com apenas 16 refinarias, o mercado enfrenta um problema: aumentar a produção e colocar a vida dos trabalhadores em risco ou diminuir o ritmo e gastar mais com importações. "Na Reduc, já paramos os trabalhadores para discutir sobre segurança pessoal. Defendemos a Petrobras, mas não queremos morrer junto com ela", explica Simão.

O presidente da Sindipetro Caxias já havia mandado documento para a estatal, para o Ministério Público e para o Ministério do Trabalho alertando sobre o risco grave e iminente de acidentes por conta do aumento de carga, mas, segundo ele, nenhum dos três órgãos tomou atitudes preventivas.

O incêndio na Reduc atingiu sete bombas do local, mas, de acordo com Simão, diversos funcionários trabalham dia e noite para reparar os danos e espera-se que até o final de semana tudo esteja de volta à ativa. No entanto, ele alerta para a importância de diminuir o ritmo de trabalho das máquinas. "Após o acidente, é necessário parar para uma manutenção preventiva", diz.

A Agência Nacional de Petróleo (ANP) já havia multado a Refinaria de Paulínia (Replan), em São Paulo, em R\$ 151,5 mil justamente por trabalhar acima da capacidade autorizada. A ANP deve publicar ainda este mês novas regras mais rígidas sobre o controle e manutenção de refinarias, já que os problemas estão cada vez mais recorrentes.

Só no mês de dezembro do ano passado, foram dois acidentes na Refinaria Landulfo Alves (Rlam), na Bahia, outro na Refinaria de Manaus (Reman), além da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), no Paraná, que ficou parada por duas semanas após um incêndio.

Até o fechamento dessa matéria, a Petrobras não quis se manifestar sobre o caso, afirmando não possuir novas informações.

**Do programa de estágio do Jornal do Brasil*

Diap, 07/01/14

Política de valorização do salário mínimo: Nota Técnica do Dieese

A partir de 1º de janeiro de 2014, o valor do salário mínimo passa a ser R\$ 724, conforme anunciado pelo governo, em 23 de dezembro. O reajuste representa 6,78% sobre os R\$ 678 em vigor durante 2013 e corresponde à variação do Produto Interno Bruto (PIB) de 2012, de 1,03%, e à variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estimada em 5,54%. O novo valor também atende às regras da política de valorização de longo prazo do Salário Mínimo, definida na Lei 12.382, de 25 de fevereiro de 2011. Leia a íntegra da Nota Técnica do Dieese:

<http://www.dieese.org.br/notatecnica/2013/notaTec132SalarioMinimo2014.pdf>

Portal da CUT

"Unidos, jamais vencidos": centrais promovem ato no dia 1º de fevereiro contra repressão durante ditadura militar

06/01/2014

Encontro no ABC paulista homenageará trabalhadores e sindicalistas perseguidos

Escrito por: Coletivo Sindical do Grupo de Trabalho 'Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical' da Comissão Nacional da Verdade

São Bernardo do Campo recebe no dia 1º de fevereiro de 2014 o Ato Sindical Unitário 'Unidos, Jamais Vencidos' que homenageará trabalhadores e sindicalistas que sofreram perseguição e

repressão do regime militar e das empresas no período da ditadura. A atividade acontecerá à partir das 13h no Teatro Cacilda Becker, no centro da cidade.

O Ato de iniciativa do Coletivo Sindical do Grupo de Trabalho 'Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical', da Comissão Nacional da Verdade, e que conta com o apoio de entidades locais, tem colhido informações, documento e levantado testemunhos buscando resgatar a memória e reivindicar justiça e reparação.

Durante os 21 anos de ditadura trabalhadores e o movimento sindical foram alvos do regime militar. Sindicatos sofreram intervenções e trabalhadores foram perseguidos, ameaçados, presos, torturados e, inclusive, assassinados. Na região do ABC, diversos sindicatos, sindicalistas e trabalhadores sofreram com a repressão.

O Ato em São Bernardo busca reconhecer e homenagear quem lutou pela liberdade, democracia, autonomia sindical e melhores condições de salário e trabalho, na Grande São Paulo. Neste dia, trabalhadores ou suas famílias receberão um diploma de reconhecimento por sua luta, assinado por todas as Centrais Sindicais.

A atividade ainda pretende lembrar os 50 anos em do golpe militar que instaurou em 31 de março de 1964 o regime repressivo no Brasil.

SERVIÇO

Ato Sindical Unitário - "Unidos, Jamais Vencidos"

01 de fevereiro às 13h

Teatro Cacilda Becker

Praça Samuel Sabattini, nº 50

Paço Municipal de São Bernardo do Campo

Portal Mundo Sindical

Funcionários de metalúrgica, em SC, são impedidos de entrar no trabalho

Trabalhadores de uma metalúrgica de Joinville, no Norte de Santa Catarina, tiveram uma surpresa ao chegar na empresa na manhã desta segunda-feira (6). Cerca de 400 pessoas retornaram das férias coletivas e não puderam entrar porque o local estava com os portões trancados. Eles ficaram até por volta das 10h do lado de fora, cobrando explicações do que estava acontecendo.

"A empresa tomou uma atitude que para nós foi completamente inadmissível. O último contato que tiveram é que não voltariam dia 2 e que só retornariam dia 6. Hoje [segunda-feira] os funcionários chegaram e os portões estavam com corrente e tudo mais. A empresa não precisa tratar os trabalhadores como se fossem destruir a empresa", afirma Evangelista dos Santos, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias e Oficinas Mecânicas de Joinville e Região.

Os trabalhadores que entram no primeiro turno da metalúrgica Duque começariam o expediente às 4h, segundo o Sindicato dos Mecânicos. Só depois de quase cinco horas foi autorizada a entrada dos trabalhadores para tomar água e ir ao banheiro, segundo o Sindicato. "Eles estavam ali na frente embaixo de chuva", conta José Daivid de Souza Jr, secretário geral do Sindicato dos Mecânicos.

Conforme o Sindicato, os profissionais tentaram conversar com a direção da metalúrgica que não deu explicações sobre o que estava acontecendo. Uma reunião na tarde desta terça-feira (7) entre a empresa e o Sindicato deve debater a situação dos trabalhadores. "O presidente da empresa se comprometeu a falar com os trabalhadores depois desta reunião", garantiu Santos.

Motivos

Souza afirma que os salários de novembro e dezembro estão atrasados, além da segunda parcela do 13º também não ter sido paga. Segundo ele, a empresa passa por problemas financeiros desde o início de 2013, está sem material para fabricar as peças produzidas e as máquinas estão paradas. Em setembro, cerca de 200 pessoas foram demitidas. No total, cerca de 800 trabalhadores atuam na metalúrgica.

Fonte: Janara Nicoletti/G1 - 06/01/2014

Portal da CUT

CUT abre o ano com Contac legalizada

06/01/2014

Confederação Brasileira Democrática dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação (Contac/CUT) teve seu registro oficializado no dia 27 de dezembro

Escrito por: Leonardo Severo

A Confederação Brasileira Democrática dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação (Contac/CUT) foi reconhecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego como entidade legítima para representar os trabalhadores do Ramo nacionalmente. O registro foi publicado no Diário Oficial do dia 27

de dezembro e legaliza a árdua e intensa ação sindical desenvolvida ao longo de duas décadas, comandando cerca de uma centena de sindicatos, representando um milhão de trabalhadores.

"Iniciamos o ano novo com esta boa nova que é resultado dos esforços de bravos companheiros e companheiras que foram incansáveis ao perseguir este objetivo", comemorou Siderlei de Oliveira, presidente da Contac, frisando que "a atuação da nossa Central Única dos Trabalhadores também foi fundamental". "Sem a determinação incansável, sem a crença inabalável e sem a luta incessante, nada disso teria sido possível", enfatizou.

O secretário geral da CUT, Quintino Severo, lembra que "independentemente de estar ou não registrada, a Contac sempre cumpriu um papel determinante na luta em defesa dos interesses da categoria, ao mesmo tempo em que foi chave na mobilização da sociedade brasileira em temas como o uso excessivo de agrotóxicos. "A falta de registro diante do Estado nunca impediu a entidade de fazer luta social. Agora é evidente que o reconhecimento potencializará ainda mais o trabalho da Contac/CUT, pois poderá ampliar suas ações de representação em ações judiciais que requerem a formalização diante do Estado", destacou Quintino.

UMA HISTÓRIA DE LUTAS E CONQUISTAS

A Contac já nasceu lutando, em 1994, em um congresso realizado na cidade de Viamão, no Rio Grande do Sul, convocando um ato contra os transgênicos no centro de Porto Alegre. Participaram do evento delegações de 12 países das Américas, Europa, Ásia e África, que se somaram aos mais de dois mil manifestantes de sindicatos de todo o Brasil. "Nossa entidade também esteve na linha de frente dos protestos contra a importação da carne contaminada pelo acidente na usina de Chernobyl", recorda Siderlei.

Em 1997, foi realizado o segundo congresso da Contac/CUT, servindo uma grande pizza à população catarinense, em Florianópolis, como forma de repúdio à impunidade da justiça diante das armações patrocinadas pelo desgoverno de Fernando Henrique Cardoso. Já no 7º Congresso, realizado na cidade de São Paulo/SP, foi comemorada a aprovação da Norma Regulamentadora dos Frigoríficos, a NR 36. Resultado de muita pressão, a NR 36 estipula pausas e adequa os locais de trabalho dos frigoríficos para reduzir os acidentes e as doenças profissionais no setor, um dos que mais lesiona e mutila na indústria brasileira, principal exportadora de carnes de frango do mundo.

"A luta agora com certeza será com ainda mais vigor. Mais do que nunca, a Contac convida e convoca a todos a vir fazer parte da nossa entidade, onde serão bem-vindos e bem recebidos como irmãos da família", concluiu Siderlei.

Mais informações – WWW.contacbrasil.org

Instituto do Observatório Social

CUT e demais centrais fazem reunião de planejamento das ações de 2014

A CUT recebe as demais centrais sindicais em sua sede nacional no dia 15 de janeiro, às 16 horas, para retomar a agenda de ações e mobilizações em defesa da pauta da classe trabalhadora no ano de 2014, em especial três itens: a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, o combate ao Projeto de Lei 4330, que amplia a terceirização, e o fim do fator previdenciário.

"O ano de 2014 anuncia-se como um ano de grandes lutas, em que a questão do poder político estará colocada em eleições presidenciais, para governos estaduais e parlamentos nas quais vamos intervir com a Plataforma da Classe Trabalhadora, nas quais não admitiremos nenhum retrocesso, pois queremos avançar na via da construção de uma nação livre, democrática e soberana, onde a classe trabalhadora do campo e da cidade, que é quem constrói a nação, possa ter suas reivindicações atendidas", afirma a Central Única dos Trabalhadores em sua última Resolução de 2014, divulgada esta semana.

Mobilizados e nas ruas - Durante todo o ano de 2013, a CUT e as demais centrais sindicais estiveram juntas, nas ruas e nas mesas de negociação, para defender a pauta da classe trabalhadora. Foram inúmeros atos, manifestações, protestos, paralisações, passeatas em todos os estados do País que evitaram perdas de direitos e asseguraram e/ou ampliaram conquistas aos trabalhadores e às trabalhadoras.

Em 2014, não será diferente, por isso já na primeira quinzena de janeiro, CUT e demais centrais debatem como vão defender a pauta da classe trabalhadora nas ruas e junto às intâncias de poder.

Fim do fator - A CUT reivindica que o Executivo envie para o Legislativo um projeto de lei que acabe com o fator previdenciário para que os/as trabalhadores/as se aposentem quando atingirem o tempo de contribuição com a remuneração a que têm direito".

Segundo a regra, o valor do benefício pago pela Previdência Social passou a ser calculado com base na média aritmética dos maiores salários de contribuição correspondentes a 80% de todo o período em que o segurado contribuiu para a Previdência, de julho de 1994 até a data da aposen-

tadoria (corrigidos monetariamente), ajustado pelo "Fator Previdenciário", que é na verdade, uma fórmula matemática.

O fator previdenciário é um redutor que foi criado em 1999, no governo FHC. É uma fórmula matemática aplicada obrigatoriamente nos pedidos de aposentadorias por tempo de contribuição, conforme explica nota técnica do Dieese divulgada na noite desta segunda-feira (11).

PL 4330 - De autoria do deputado federal Sandro Mabel (PMDB-GO), o PL visa liberar a terceirização sem limites, inclusive na atividade principal da empresa, seja ela privada ou pública. A proposta retira direitos daqueles que têm registro em carteira e também acabar com a responsabilidade solidária, na qual a contratante arca com as dívidas trabalhistas não pagas pela terceirizada.

Outro risco é que o PL autoriza a quarteirização e, com a contratação de outras empresas pela própria terceirizada, a representação sindical dos trabalhadores/as será fragmentada e enfraquecida. Documento do Tribunal Superior do Trabalho revela, ainda, que a renda dos trabalhadores/as cairá 30% caso o PL 4330/04 seja aprovado.

Mais itens da pauta da classe trabalhadora e outras pautas imprescindíveis a toda a população brasileira

- Redução da Jornada de Trabalho para 40h semanais, sem redução de salários;
 - Contra o PL 4330 PLS 87, sobre Terceirização;
 - Fim do fator previdenciário;
 - 10% do PIB para a Educação;
 - 10% do Orçamento da União para a Saúde;
 - Transporte público e de qualidade;
 - Valorização das Aposentadorias;
 - Reforma Agrária;
 - Aplicação imediata da Convenção 151, direito de greve e de negociações coletiva no serviço público;
 - Regulamentação do trabalho doméstico
 - Democratização dos meios de comunicação
 - Reforma política
 - Marco civil da Internet
- Por: CUT

Instituto do Observatório Social

Pesquisa indica melhores condições de trabalho na cadeia do alumínio

O Diálogo Social é a chave para a construção de relações trabalhistas justas. É o que indicam duas pesquisas realizadas pelo Instituto Observatório Social sobre a cadeia do alumínio. Participaram do estudo trabalhadores da cadeia produtiva da multinacional Alcoa, envolvidos da mineração à metalurgia.

Entrevistas feitas durante a pesquisa apontam que, em unidades onde há diálogo entre empresas, sindicatos e trabalhadores, os indicadores sociotrabalhistas das empresas foram mais bem avaliados pelos trabalhadores do que aqueles de empresas onde há a falta do diálogo social. Segundo o levantamento, o diálogo favorece o fortalecimento das redes de trabalhadores, a consciência ambiental e o respeito aos direitos e princípios fundamentais no trabalho.

A pesquisa foi realizada em seis unidades da empresa nos Estados de Maranhão, Pará, Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo. Durante o estudo, duas unidades ganharam destaque: a Consórcio de Alumínio do Maranhão (Alumar), localizada em São Luis (MA), e a Alcoa World Alumina, em Juruti (PA). A primeira, pelo grande número de reclamações e registro de ações antissindicais; a segunda, por apresentar um cenário totalmente contrário, construído a partir do diálogo social.

No Maranhão, trabalhadores reclamam de acidentes a assédio moral

A Alumar é um dos maiores complexos do mundo para a produção de alumínio primário e alumina. Inaugurada em 1984, a planta tem capacidade de produzir 450 mil toneladas por ano. Em 2009, com o pico da expansão da empresa para a atividade de refino da alumina, a Alumar chegou a ter 13 mil funcionários. Mas o crescimento na área de atuação levou, também, à violação dos direitos dos trabalhadores.

Segunda a pesquisa, uma greve geral deflagrada em 2009 enfatizou problemas de baixa remuneração, índices de terceirização de funcionários maiores que de funcionários contratados (inclusive nas atividades-fim), assédio moral e jornadas de trabalho extenuantes. Também foram relatados problemas de discriminação de trabalhadores sindicalizados e baixo índice de mulheres contratadas (apenas 6,5% do total de trabalhadores).

A falta de diálogo na empresa também leva a reclamações com relação à remuneração dos funcionários e da falta de clareza sobre os critérios de concessão de benefícios e do plano de evolução de carreira. Segundo declarações da empresa, o sistema adotado oferece oportunidade a cerca

de 90 profissionais a cada ano. Para os trabalhadores, o sistema não chega ao chão de fábrica e mais de 90% dos entrevistados declararam que ele não garante a satisfação e a valorização salarial. Há, ainda, denúncias de assédio moral e sexual. O problema mais grave, porém, está relacionado à saúde e à segurança dos trabalhadores, e ao assédio que sofrem quando se envolvem algum acidente no trabalho. A meta de segurança em 2012, ano da pesquisa, não foram alcançadas. Naquele mesmo ano, um trabalhador terceirizado morreu ao cair de um descarregador. Ainda na época da pesquisa, em menos de 60 dias, quatro acidentes foram registrados em um mesmo setor – em um deles, o trabalhador chegou a ter parada cardíaca depois de um choque elétrico. Entre os casos mais preocupantes relatados, porém, está o de um trabalhador terceirizado que se queimou com soda cáustica e omitiu o acidente, com medo de punição, e acabou tendo as sequelas agravadas.

Apesar das reclamações, as condições de trabalho na Alcoa têm melhorado nos últimos anos, segundo o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Luís (MA), José Maria Araújo.

No Pará, diálogo social esteve presente antes do início das operações

Mesmo pertencente ao mesmo grupo, a Alcoa World Alumina, unidade da Alcoa em Juruti, no Pará, apresenta um cenário bastante diferente do encontrado no Maranhão. O projeto de mineração e beneficiamento de bauxita começou em 2000. Foram realizados estudos de impacto ambiental e reuniões com líderes comunitários, instituições públicas e privadas, audiências públicas e reuniões com a comunidade para avaliar os impactos da implantação da empresa e o conjunto de ações compensatórias. As operações iniciaram em 2009, com o investimento de US\$ 1,3 bilhão, um dos maiores da história da Alcoa.

A empresa, desde o início, possui políticas para contratação de mulheres, deficientes e aprendizes, além da capacitação de mão-de-obra local. Apenas as mulheres correspondem a 18% dos mais de 2,1 mil trabalhadores da planta. Apesar de não haver uma política formal da empresa, a Alcoa prioriza a contratação de fornecedores da região de Juruti.

Segundo a pesquisa, a Alcoa em Juruti possui uma política de salários bastante clara aos trabalhadores. Também são oferecidos diferentes benefícios: além de plano de saúde e odontológico, os trabalhadores têm acesso a auxílio farmácia, seguro de vida, kit escolar, auxílio funeral, cesta de natal e participação nos resultados. Há, ainda, benefícios oferecidos por meio de políticas locais, como bônus fronteira, auxílio moradia, auxílio transporte mudança, passagem de férias, previdência privada e empréstimo consignado.

Embora os trabalhadores considerem necessárias mudanças no plano de carreira da empresa, os entrevistados reforçaram a transparência na divulgação de vagas e nos processos seletivos realizados. Também foi considerada positiva a possibilidade de recusa de hora extra por parte do trabalhador, desde que conversado com antecedência com os superiores. Também é reconhecida pelos trabalhadores a preocupação da empresa com o bem-estar dos funcionários – a cada entrada de turno, o trabalhador responde a um formulário sobre sua saúde emocional e, caso declare não estar bem, recebe atenção especial.

Nenhum dos trabalhadores entrevistados declarou sofrer discriminação ou ter presenciado caso dentro da empresa. Também não há registro de casos de assédio moral ou sexual na planta. Quanto à saúde e à segurança, todos os trabalhadores entrevistados ressaltaram os treinamentos recebidos, tanto por funcionários quanto por terceiros, e a comunicação eficaz quanto aos acidentes ocorridos. Apenas um acidente foi registrado na época da pesquisa, de um trabalhador que sofre choque térmico no período de adaptação.

Sobre as pesquisas

As pesquisas realizadas nas unidades da Alcoa no Brasil tiveram como objetivo avaliar as práticas empresariais quanto ao respeito aos direitos e princípios fundamentais no trabalho. A primeira parte foi realizada entre setembro e dezembro de 2012 e contou com trabalhadores e representantes de sindicatos das unidades Consórcio de Alumínio do Maranhão (Alumar), em São Luís, Alcoa World Alumina, em Juruti (PA), e Alcoa Alumínio, em Poços de Caldas (MG). A segunda etapa da pesquisa foi realizada entre março e junho de 2013 e teve participação de trabalhadores e representantes sindicais das unidades Alcoa Alumínio, em Utinga (SP) e em Santo André (SP), e Alcoa Alumínio, em Itapissuma (PE). As pesquisas foram realizadas pelo Instituto Observatório Social com o apoio do Solidarity Center da AFL-CIO.

Instituto do Observatório Social

Cresce número de casos de trabalho escravo urbano na 'lista suja'

Apesar de a pecuária continuar como atividade predominante dentre os nomes que compõem a última atualização da "lista suja" do trabalho escravo, as formas urbanas de escravidão têm cada vez mais presença. Das 110 inclusões do cadastro, cuja atualização foi divulgada no dia 30 de dezembro, dez são de empresas ou pessoas que exploraram em meio urbano – um total de 120 traba-

lhadores submetidos a pelo menos um dos quatro elementos definidos no artigo 149 do Código Penal como caracterizantes de condições análogas às de escravos.

O aumento de casos urbanos já era esperado. De acordo com Renato Bignami, auditor fiscal do trabalho em São Paulo, “percebe-se cada vez mais que as situações descritas no artigo 149 do Código Penal ocorrem com maior frequência em atividades urbanas do que se imaginava e o trabalho dos auditores fiscais vem demonstrando essa tendência”. Ele acredita que os resgates devem acontecer “majoritariamente no meio urbano” no futuro.

A “lista suja” é uma das principais ferramentas no Brasil para o combate do trabalho escravo contemporâneo. Mantida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), os nomes incluídos permanecem pelo menos dois anos na relação e são acrescidos após análise minuciosa de cada caso pelo MTE. Uma vez no cadastro, as pessoas e empresas da “lista suja” são impossibilitadas de receber financiamentos públicos e de diversos bancos privados, além de não conseguirem fazer negócios com as empresas signatárias do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo.

Setor têxtil

Entre as empresas de confecção da mais recente atualização da “lista suja” está a marca 775, flagrada explorando duas trabalhadoras bolivianas que eram mantidas em condições degradantes e submetidas a jornadas exaustivas sob ameaças e assédio em Carapicuíba, município da região metropolitana de São Paulo. A libertação aconteceu em 2010 e foi a primeira libertação do país a envolver imigrantes. Entre as ameaças a que eram submetidas, o empregador dizia constantemente às vítimas que as denunciaria à Polícia Federal para que fossem deportadas à Bolívia. O caso motivou o Conselho Nacional de Imigração a editar, quatro meses depois, a Resolução Normativa nº 93, que prevê a concessão de vistos para “estrangeiros que estejam no país em situação de vulnerabilidade”.

A grife feminina Talita Kume é outra empresa do setor a ser incluída na relação. Também em São Paulo, nove bolivianos – incluindo um adolescente – foram resgatados em junho de 2012. Eles recebiam somente R\$ 1 por peça produzida e, com o dinheiro, tiveram de pagar os custos da viagem ao Brasil. O emprego era mediado por um casal que mantinha contratos com a Talita Kume há cinco anos.

A empresa é mantida pela mesma família do ministério evangélico “Livres”, criado em 2006 com o objetivo de apoiar financeiramente um projeto de combate ao tráfico e escravidão sexual infantil no Nepal, conforme informações em seu site. A grife também apoiava financeiramente um abrigo do mesmo grupo para crianças e jovens carentes. Depois que o resgate foi noticiado pela Repórter Brasil, as referências ao grupo evangélico foram removidas da página da Talita Kume na internet, mas podem ser conferidas através de uma versão de arquivo do site mantida pelo projeto “Wayback Machine”.

De maneira inédita, essa atualização da “lista suja” inclui um caso de trabalho escravo no setor têxtil fora de São Paulo. A Mod Griff, nome fantasia da Dilma Figueiredo da Silva ME, foi autuada em março deste ano pelo resgate de sete trabalhadores em uma oficina de costura terceirizada no município de Toritama, no interior de Pernambuco.

Construção civil

Pelo resgate de 46 trabalhadores nas obras de um conjunto habitacional em Bofete, interior de São Paulo, a Construtora Croma é uma das três empresas do setor da construção civil a entrar na “lista suja” do trabalho escravo na nova atualização. O caso aconteceu no início de 2012 e a construtora havia sido contratada pela estatal Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU), responsável por executar programas habitacionais no Estado para famílias que ganham até dez salários mínimos. De acordo com a fiscalização, as vítimas ficaram sem receber salários por dois meses, sofriam com jornadas exaustivas de trabalho e estavam alojadas em casa superlotadas.

Em outro caso que está sendo incluído na “lista suja”, uma fiscalização em obras do hotel de luxo Santa Rita, na capital fluminense, resgatou seis trabalhadores contratados pela empreiteira Alcap em março deste ano. Na época, o auditor fiscal Cláudio Secchin, que acompanhou a operação, disse à Repórter Brasil que “o alojamento era um cortiço sem possibilidade de habitação e oferecia riscos aos trabalhadores. Pelo chão, havia sujeira, ratos, e a comida guarnecida estava apodrecendo”.

Redes de descanso

Três dos empregadores que estão entrando na “lista suja” foram flagrados em dois municípios do Rio de Janeiro superexplorando trabalhadores aliciados no interior da Paraíba para a venda de redes de descanso. Kevio Armenio Monteiro Silva e Manuel Gomes Xavier foram flagrados em setembro de 2006 no bairro de Bangu, na capital. Juntamente com Norlandio Souza Azevedo, eles mantiveram 44 trabalhadores em alojamentos precários e presos a um esquema de servidão por

dívida, obrigando-os a pagar pelas viagens à Paraíba. A atualização da "lista suja", no entanto, inclui na relação somente Kevio e Manuel, apontados como responsáveis por 26 das vítimas.

Já em novembro de 2007, 49 trabalhadores foram resgatados em Pacarambi em condições semelhantes aos de Bangu. Eles viajaram os mais de 2 mil quilômetros que separam Pombal, na Paraíba, do município fluminense dentro de caminhões baú com fundo falso para driblar a fiscalização rodoviária. Manoel Trigueiro dos Santos Filho, que está entrando na "lista suja" por conta do caso, responde por 11 das vítimas. Outro empregador apontado como responsável é José Gomes dos Santos Neto, que consta do cadastro do MTE desde dezembro de 2011. Além deles, estavam envolvidos no crime Adriano Almeida de Souza e Agnaldo José da Nóbrega, mas os dois não foram incluídos na mais recente atualização da "lista suja".

A reportagem tentou ouvir todos os citados no texto, entrando em contato por telefone e e-mail sempre que possível. Um representante da Talita Kume afirmou que a empresa não conseguiria emitir um posicionamento a tempo. Ninguém atendeu aos telefones na Alcap Empreiteira, Construtora Croma e 775. Kevio Armenio Monteiro Silva, Manuel Gomes Xavier, Manoel Trigueiro dos Santos Filho e a empresa Mod Griff não foram localizados.

Confira a lista completa em:

<http://reporterbrasil.org.br/listasuja/resultado.php>

Por: Repórter Brasil

Rebanadas de Realidad

Hacia una nueva central de trabajadores

En memoria de Tomás Cueva y Demetrio Vallejo, ferrocarrileros; Francisco Breña Alvérez, electricista; Eulalio El Negro Ibáñez, petrolero; Manuel Carranza, siderúrgico; Hilario Moreno y Misael Núñez Acosta, maestros, y Efraín Bermúdez Rivera, universitario, constructores del sindicalismo clasista.

Por Gerardo Peláez Ramos

Rebanadas de Realidad - Distrito Federal, 05/01/14.- Para los días 22 y 23 de febrero del año en curso está convocado el Congreso fundacional de una nueva central de trabajadores, a celebrarse en el domicilio social del SME (Sindicato Mexicano de Electricistas) de la capital federal, con la participación de dos organizaciones históricas de la clase obrera mexicana: el Sindicato Mexicano de Electricistas y la Alianza de Tranviarios de México, así como de una importante corriente de masas en el seno del SNTE (Sindicato Nacional de Trabajadores de la Educación): la Coordinadora Nacional de Trabajadores de la Educación, además de decenas de otros sindicatos. Es un proyecto unitario que continúa, en nuevas condiciones, los procesos en busca de la unidad llevados a cabo con mayor o menor éxito en los años de fines del régimen instaurado al término de la Revolución mexicana y los años del aún vigente neoliberalismo antinacional y pro gringo.

En la convocatoria se establece: "Los males endémicos del sindicalismo mexicano -el corporativismo, la corrupción, la antidemocracia, la fragmentación, la falta de independencia y libertad sindical-, han dado lugar a expresiones aún más perversas como el sindicalismo de protección, en tanto que la 'creatividad' patronal no tiene límites para burlar derechos, como es la abusiva expansión del outsourcing. Las bases objetivas de sustentación de la organización y la contratación colectivas han sido minadas.

"El sindicalismo independiente, que se fortaleció durante un periodo y ha dado luchas de resistencia muy significativas, se ha debilitado, se encuentra dividido y no ha sido capaz de desarrollar nuevas estrategias para encarar tal situación. El reto es enorme. Superar la división y el agotamiento de las frágiles formas de unidad existentes, construir estrategias comunes que permitan no sólo una mejor defensa, sino crecer entre los no organizados y los sometidos al sindicalismo mafioso, es una necesidad apremiante, de supervivencia, una tarea elemental para hoy y por encima de las diferencias y los pequeños intereses".

Luego abunda el documento: "Es necesario superar lo hecho hasta hoy. El primer reto es elemental: unir todas las fuerzas existentes del sindicalismo independiente si se quiere levantar una defensa eficaz e, incluso, si se quiere sobrevivir. Ya no es posible conformarse con mediaciones de unidad en las que el compromiso de articulación y acción conjuntas se da a medias, condicionado, mediado por los intereses particulares, en frentes, coordinaciones, etc. Es necesario avanzar hacia la constitución de una nueva central de trabajadores que agrupe de entrada a todas las fuerzas sindicales independientes, desde los sindicatos nacionales constituidos y reconocidos, hasta los locales e incluso los grandes movimientos y corrientes representativas, y las agrupaciones de trabajadores democráticos en lucha o en proceso de organización dentro del sindicalismo corporativo... una central que sea capaz de desarrollar estrategias que conduzcan a la renovación e incluso a la refundación del sindicalismo, a su crecimiento, que se proponga revertir la ofensiva neoliberal y sus efectos más nocivos; una central que contribuya junto a otros actores sociales a encontrar una salida al desastre nacional.

"Debemos reconocer que actualmente las organizaciones sindicales independientes no representan por sí solas y por separado una alternativa a una situación tan adversa, y que no hemos estado a la altura para enfrentar la ofensiva neoliberal. Cada una de estas organizaciones está enfrentando de diversas formas los ataques del estado; el problema es que cada una lo hace por separado, sin una estrategia común y de largo plazo, apenas unidas alrededor de algunas declaraciones y movilizaciones conjuntas. Esta crisis nos ha sobrepasado a todos, pero todos juntos podemos sobrepasar la crisis".

Y con claridad indica: "La combativa insurgencia magisterial y popular, que se ha levantado a todo lo largo y ancho del país en contra de la mal llamada reforma educativa, y la digna lucha de resistencia del Sindicato Mexicano de Electricistas, que se extiende a lo largo de cuatro años, nos muestran el camino correcto de la resistencia y la rebeldía contra las imposiciones neoliberales. Ambos movimientos confluyen en la construcción de la nueva central de trabajadores al lado de decenas de sindicatos democráticos e independientes de todo el país que a diario libran una dura batalla en contra del neoliberalismo en la educación, la salud, el transporte, la industria, el campo y los servicios. Hoy podemos afirmar, sin temor a equivocarnos, que las principales organizaciones de trabajadores que hoy se movilizan y luchan confluyen en el esfuerzo de construcción de la nueva central de trabajadores".

Las bases para concretar la reunión señalan que podrán participar con delegados/as efectivos con voz y voto las organizaciones que integran la Junta Promotora para la Construcción de una Nueva Central de Trabajadores hasta el momento de expedir la Convocatoria citada; centrales, federaciones y frentes sindicales, coordinadoras, sindicatos nacionales, estatales, de empresa o institución, secciones sindicales democráticas de sindicatos 'charros', movimientos representativos en sindicatos 'charros' o de protección -cuando no forme parte ya de la Junta Promotora otra expresión mayoritaria en el mismo sindicato- y organizaciones no sindicales, por ejemplo campesinas, que acrediten debidamente su membrecía; las organizaciones que agrupan a su vez a varias organizaciones sindicales podrán contar como tales con voceros o representantes en el Congreso, pero los delegados efectivos se eligen por unidad organizativa, es decir, por cada uno de sus componentes por separado; las y los delegados/as de cada organización serán nombrados por las instancias y procedimientos respectivos de cada una de ellas bajo los siguientes criterios y proporciones: las organizaciones, independientemente del número de sus afiliados, tendrán derecho automáticamente a un delegado/a; hasta diez mil afiliados, un nuevo delegado/a cada quinientos o fracción superior a doscientos cincuenta, desde diez mil uno hasta treinta mil afiliados, se agregará un delegado más cada mil o fracción superior a quinientos, y desde treinta mil uno en adelante, se agregará un delegado más cada dos mil o fracción superior a mil afiliados. Los gastos de transporte, alimentación y hospedaje correrán a cargo de las organizaciones participantes.

La asamblea desahogará el siguiente temario: Discusión y aprobación de los documentos fundacionales: Principios y Programa, Lineamientos estratégicos, Estructuras organizativas y Estatutos de la nueva central, Ruta y Plan de Acción, y Elección de las instancias de dirección nacional.

De formarse la nueva confederación, ésta podrá potenciar la fuerza unitaria de sus componentes, avanzar en la superación de los combates aislados y representar a una franja, que puede ser creciente, de la clase obrera y otros asalariados ante la patronal, el Estado, otras organizaciones sindicales, el movimiento campesino e indígena, los partidos políticos y la intelectualidad de nuestro país, las organizaciones obreras y populares de América Latina y el movimiento obrero internacional.

Pasos previos

En la sede del magisterio capitalino, se creó, el 21 de abril de 2012, la Junta Promotora Provisional de una Nueva Central de Trabajadores, con representantes del SME; el Sindicato Nacional de Trabajadores Mineros, Metalúrgicos, Siderúrgicos y Similares de la República Mexicana; las secciones XVIII de Michoacán, XXII de Oaxaca y IX del DF del SNTE; la ATM; el Sindicato de Trabajadores del Transporte de Pasajeros del DF; el Sindicato de Trabajadores Académicos de la Universidad Autónoma Chapingo; el SITUAM; el Sindicato Único de Trabajadores del Instituto de la Educación Media y Superior; el Consejo Nacional de Trabajadores; la Sección 33 del Sindicato de la Secretaría de Desarrollo Social, y otras organizaciones.

En la Convocatoria lanzada el 4 de marzo de 2013 a la sexta reunión de la JPNC, fue ampliado el abanico de organizaciones que la suscribían, agregándose a las ya mencionadas la Federación Nacional de Sindicatos Independientes de Trabajadores de la Educación, Confederación de Jubilados, Pensionados y Adultos Mayores de la República Mexicana, Asociación de Trabajadores del Estado de Michoacán, Sindicato Único de Trabajadores de la Universidad Tecnológica del Estado de Zacatecas, Unión Nacional de Técnicos y Profesionistas de Pemex, Sindicato Internacional de Constructores de Elevadores de México, Universidad Obrera de México, Coordinadora de Trabajadores Activos, Jubilados y Pensionados del IMSS, Sindicato Democrático del Heroico Cuerpo de Bomberos, Sociedad Co-

operativa Trabajadores de Pascual, Sindicato de Trabajadores de Vidriera del Potosí, y Sindicato Nacional de Trabajadores de General Tire (San Luis Potosí).

En ella se planteó: "La contrarreforma laboral ya se está aplicando en empresas públicas y privadas en todo el territorio nacional, incluso con abusos que van más allá de lo aprobado en el Congreso. Numerosas organizaciones sindicales están recibiendo llamadas de la patronal para 'ade-cuar' los contratos colectivos o las condiciones generales de trabajo a las nuevas normas aprobadas. Muchas empresas están realizando despidos masivos, para recontratar al personal vía "outsourcing" y/o bajo las normas mínimas establecidas en la nueva LFT. La expectativa laboral para las nuevas generaciones es el regreso a las peores condiciones del capitalismo del siglo XIX".

En el Manifiesto del Primero de Mayo de 2013, se señaló: "La 'reforma educativa' que le si-guió no es sino la imposición de otra reforma laboral que, disfrazada de una falsa evaluación y ele-vación de la calidad de la enseñanza, elimina la estabilidad en el empleo de los maestros y maes-tras, y socava el derecho a la educación pública, gratuita y laica".

Los días 19 y 20 de julio de 2013, en el Centro Vacacional de Oaxtepec, Morelos, se realizó el Seminario de Reflexión Estratégica, Hacia una nueva Central de Trabajadores que organizó la Junta Promotora de esta última, con la asistencia de compañeros de centrales latinoamericanas.

Fue expedido, el 20 de agosto, el siguiente comunicado: "Las organizaciones integrantes de la Junta Promotora para la Construcción de una Nueva Central de Trabajadores, apoyamos con todo a nuestros camaradas de la CNTE y de las demás organizaciones que actualmente impulsan el paro magisterial. Participaremos en la movilización conjunta del SME y la CNTE del miércoles 28 de agos-to, a las 4 pm, del Monumento a la Revolución al Zócalo..."

Ante la violencia, se denunció el 13 de septiembre: "Desde esta mañana fuerzas represivas del Estado de México y de la Policía Federal Preventiva, se han posesionado de los alrededores del Zócalo de la Ciudad de México, en donde se encuentran plantados miles de maestros dignos, y or-ganizaciones sociales que los apoyamos, en defensa de sus derechos laborales y la educación gratui-ta".

En un manifiesto expresaron el 6 de septiembre su apoyo a la lucha magisterial el Sindicato Independiente de Trabajadores de la Educación de Tabasco, Sindicato Autónomo de Trabajadores de la Educación de Veracruz, Sindicato Estatal de Trabajadores de la Educación de Baja California, SME, ATM, Sindicato de Trabajadores del Transporte de Pasajeros del DF, Sindicato Nacional de Trabaja-dores de General Tire de México, Sindicato de Trabajadores de la Universidad Autónoma Chapingo, Sindicato Único de Trabajadores del Instituto de la Educación Media y Superior, SITUAM, Sindicato Nacional de Trabajadores de la Secretaria de Desarrollo Agrario, Territorial y Urbano, Sindicato In-ternacional de Constructores de Elevadores, Asociación Sindical de Trabajadores del INVI, Sociedad Cooperativa Trabajadores de Pascual, Sindicato Único de Trabajadores Académicos del Conalep de Michoacán, Sindicato de Trabajadores de Farmacias Similares y Expendios Farmacéuticos, Sindicato Único de Trabajadores del Organismo Público Descentralizado Servicios de Salud de Michoacán, Sin-dicato Único del Colegio de Estudios Científicos y Tecnológicos del Estado de Michoacán, Sindicato de Trabajadores al Servicio del CECyT de Oaxaca, Sindicato de Empleados Públicos del Sistema Inter-municipal de los Servicios de Agua Potable y Alcantarillado de Guadalajara, Sindicato Independiente de Trabajadores del Estado y Municipios de Nayarit, Sindicato Independiente de Trabajadores al Servicio de Educación del Estado de Nayarit, Sindicato Único de Trabajadores del Colegio de Bachil-leres del Estado de Guerrero, Sindicato de Trabajadores de la Universidad Intercultural de Chiapas, Centro de Investigación Laboral y Asesoría Sindical y otras agrupaciones.

Las organizaciones sindicales involucradas en la lucha por formar una nueva central de traba-jadores han manifestado su solidaridad con las luchas sindicales, campesinas y populares desarrol-ladas en los dos últimos años, así como han participado en manifestaciones, mítines y otras expresi-ones de masas en contra de la reforma energética que entrega Petróleos Mexicanos y la industria eléctrica a los monopolios y gobiernos de Estados Unidos, contra las llamadas reformas estructurales y por una verdadera reforma educativa.

Algo de los procesos unitarios precedentes

En las siguientes líneas se presenta, a grandes rasgos, el desarrollo unitario de los sindicatos democráticos y clasistas a partir de la instauración del régimen del caudillismo revolucionario, en sus dos vertientes: vertical (de rama) y horizontal (general). Cabe esperar sirvan de algo a los compañeros dirigentes, activistas y militantes de los organismos promotores de la nueva central de trabajadores.

CSFRM

La Alianza de Ferrocarrileros Mexicanos, la Asociación Nacional de Moldeadores y Aprendices, la Unión de Mecánicos Mexicana, la Orden de Maquinistas y Fogoneros de Locomotoras, y otras or-ganizaciones formaron, el 17 de enero de 1921, la Confederación de Sociedades Ferrocarrileras de la República Mexicana, primer gran paso hacia la unificación del sindicalismo ferroviario.

CGT

La Convención Radical Roja, de la cual surgió la Confederación General de Trabajadores, se celebró del 15 al 22 de febrero de 1921, con la asistencia de la Federación Obrera de Hilados y Tejidos del Estado de México y del DF, tres sindicatos de la Compañía de Tranvías de México, el Sindicato de Obreros y Empleados de Teléfonos Ericcson, la Unión de Obreros de la Fábrica de Cigarros "El Buen Tono", la Unión de Resistencia de Obreros y Obreras del Palacio de Hierro, el Sindicato de Obreros de la Cigarrera Mexicana, el Sindicato de Obreros Panaderos del DF, la Unión de Obreros del Municipio del DF, los Industrial Workers of the World de México, los Trabajadores Industriales del Petróleo de Tampico y la Casa del Obrero Mundial de Tampico, entre otras organizaciones. Destacaron como delegados Alberto Araoz de León, José C. Valadés y Manuel Díaz Ramírez.

CTC

Sobre la base de la CSFRM y otras organizaciones surgió, el 20 de noviembre de 1926, la Confederación de Transportes y Comunicaciones, con el comunista Elías Barrios como secretario general.

CSUM

La Asamblea Nacional de Unificación Obrera y Campesina tuvo lugar del 26 al 30 de enero de 1929. Participaron la Federación Obrera de Tamaulipas, CTC, Confederación Obrera de Jalisco, Liga Nacional Campesina, Liga Obrera y Campesina de Coahuila, Cámara del Trabajo de Nuevo León, Confederación de Sindicatos Obreros y Campesinos de Durango, Confederación de Sindicatos Obreros y Campesinos de Nayarit, Confederación de Sindicatos Obreros y Campesinos de Occidente, Federación Obrera de Nuevo Laredo y Federación de Obreros y Campesinos de Michoacán. Asistieron 392 delegados y estaban representadas las izquierdas de la CROM de Puebla y Veracruz.

STFRM

Constitución del Sindicato de Trabajadores Ferrocarrileros de la República Mexicana el 13 de enero de 1933. Participaron la Alianza de Ferrocarrileros Mexicana, Asociación Nacional de Moldeadores, Orden de Maquinistas, Fogoneros y Similares de Locomotoras, Sindicato de Trenistas Ferrocarrileros de la República Mexicana, Unión Internacional de Forjadores y Ayudantes, Unión de Auditores de Trenes Ferrocarrileros, Unión Internacional de Caldereros y Ayudantes, Unión Mexicana de Mecánicos y Similares, y otros sindicatos gremiales. Gudelio Morales fue elegido secretario general.

CGOCM

Congreso fundacional de la Confederación General de Obreros y Campesinos de México, del 26 al 31 de octubre de 1933. Participaron la Federación Sindical de Trabajadores del DF, CGT, Confederación Nacional de Electricistas y Similares, Confederación Sindicalista de Obreros y Campesinos del Estado de Puebla, CROM depurada, LNC "Úrsulo Galván", Federación Local de Trabajadores del DF, Federación Sindicalista del Estado de Querétaro y Federación Campesina del DF.

Fueron promovidos a la dirección Salvador Celis, Wolstano Pineda, Francisco Márquez, Fidel Velázquez, José Jiménez Acevedo, Enrique Rangel y Rodolfo Piña Soria.

SITMMSRM

Convención Nacional Constitutiva del Sindicato Industrial de Trabajadores Mineros, Metalúrgicos y Similares de la República Mexicana, del 27 de abril al 1º de Mayo de 1934. Asistieron delegados de 27 sindicatos que agrupaban a más de 12 mil obreros, es decir, alrededor del 25 por ciento de los minero-metalúrgicos. Fue elegido secretario general el líder comunista Agustín Guzmán.

CNDP

Formación del Comité Nacional de Defensa Proletaria el 15 de junio de 1935, con la CSUM, la CGOCM, el SME, el STFRM, el SITMMSRM y el Sindicato Nacional de Telefonistas. Después se incorporarán el Sindicato de Trabajadores Petroleros de la República Mexicana y la Confederación Nacional de Trabajadores de la Enseñanza.

STPRM

Constitución del Sindicato de Trabajadores Petroleros de la República Mexicana, el 15 de agosto de 1935, que englobaba al Sindicato Único de Obreros y Empleados de la Huasteca Petroleum Company, Mata Redonda, Ver.; Sindicato de Obreros y Empleados de la Compañía Mexicana de Petróleo "El Águila", S. A., Cd. Madero, Tamaulipas; Sindicato de Pierce Oil Company, Cd. Madero, Tamps.; Sindicato de Trabajadores de la Compañía Mexicana del Petróleo El Águila, S.A., México, D. F.; Sindicato de Empresa de Obreros y Empleados de la Huasteca Petroleum Company de Ébano, San Luis Potosí; Sindicato de Trabajadores de la Compañía Naviera de San Cristóbal, Minatitlán; Sindicato de Obreros y Empleados de la Compañía Exploradora de Petróleo La Imperial y sus Anexos, Tampico, Tamaulipas; Sindicato Único de Obreros y Empleados de la Penn Mex Fuel Oil Company, Álamo, Veracruz; Sindicato de Trabajadores de la Petromex, México, D. F., y otros organismos. Eduardo Soto Innes fue elegido secretario general.

SITAG

Formación del Sindicato Industrial de Trabajadores de Artes Gráficas el 16 de febrero de 1936. Rosendo Gómez Lorenzo fue elegido secretario de Organización y Propaganda.

CTM

Congreso Nacional de Unificación Proletaria, del 21 al 24 de febrero de 1936, del cual surgió la Confederación de Trabajadores de México sobre la base de los sindicatos del CNDP y otras organizaciones, sin la CROM y la CGT. Vicente Lombardo Toledano fue elegido secretario general, y fueron promovidos dos comunistas al Comité Nacional: Miguel Ángel Velasco y Pedro A. Morales.

FNTE

Congreso Nacional de Unificación de las Organizaciones de Trabajadores al Servicio del Estado, del 30 de agosto al 4 de septiembre de 1936. Asistieron como invitados la Sección 16 del STFRM; la Liga de Escritores y Artistas Revolucionarios; Elías Lafertte, de la Federación Obrera de Chile y dirigente del PCCh; Valentín Campa, del PCM; Rodolfo Reynoso, del Frente Popular; Jesús Lemus, de la Alianza de Obreros y Empleados de la Compañía de Tranvías de México, y Manuel Revine, de las Juventudes Socialistas Unificadas de México. Surgió la Federación Nacional de Trabajadores del Estado, con fuerte influencia comunista. Esta organización no fue reconocida por el CN de la CTM. Fue elegido secretario general Joaquín Barrios.

FMTE

Constitución en Querétaro, del 7 al 14 de febrero de 1937, de la Federación Mexicana de Trabajadores de la Enseñanza, bajo la dirección de los comunistas, con la CNTE, la Confederación Mexicana de Maestros y la Unión Nacional de Encauzadores Técnicos de la Enseñanza. La mayoría del CN de la CTM se opuso a esta organización. Fue elegido secretario general Cándido Jaramillo.

STERM

Congreso constituyente del Sindicato de Trabajadores de la Enseñanza de la República Mexicana, del 17 al 28 de febrero de 1938. Lombardo y los lobitos se impusieron sobre los comunistas. Fue elegido secretario general Octaviano Campos Salas.

FSTSE

Congreso fundacional de la Federación de Sindicatos de Trabajadores al Servicio del Estado, del 29 de octubre al 1 de noviembre de 1938. Fue elegido como secretario general el comunista Francisco Patiño Cruz.

CUT

Realización del Auténtico Congreso de Unidad Obrera, del 20 al 22 de marzo de 1947. Nació la Confederación Única de Trabajadores de México, con el STFRM, el Sindicato Nacional de Telefonistas, el Sindicato Nacional de Trabajadores de Aviación y Similares, el Sindicato Nacional de Empleados y Trabajadores del Nacional Monte de Piedad, el Sindicato Nacional de Trabajadores de Aguas Gaseosas, el Sindicato Nacional de Trabajadores de la Industria del Cemento y Similares, la Federación de Trabajadores de la Industria Eléctrica, la Federación de Trabajadores Curtidores, el Sindicato de Trabajadores de la Cervecería Modelo y el Sindicato Nacional de Trabajadores de la Dinamita, entre otros organismos.

UGOCM

Congreso Nacional de Unidad Obrera y Campesina, del 20 al 22 de junio de 1949, con la participación del STPRM, el SITMMSRM y la Alianza de Obreros y Campesinos de México. Surgió la Unión General de Obreros y Campesinos de México, con 300 mil miembros. Fue elegido secretario general Agustín Guzmán.

STRM

Constitución del Sindicato de Telefonistas de la República Mexicana, el 1 de agosto de 1950.

CNT

Constitución de la Central Nacional de Trabajadores, el 4 de diciembre de 1960, con la participación del Sindicato de Trabajadores Electricistas de la República Mexicana, SME, Federación Revolucionaria de Obreros Textiles, Federación Obrera Revolucionaria y otros organismos, liderados por Rafael Galván.

FASTSUIESRM

Congreso Constituyente de la Federación de Asociaciones y Sindicatos de Trabajadores al Servicio de las Universidades e Institutos de Enseñanza Superior de la República Mexicana, del 19 al 21 de marzo de 1972. Participaron representantes de las universidades de Veracruz, Morelos, Guerrero, Puebla, UNAM y el Instituto de Estudios Superiores del Estado de Tlaxcala.

SUNTU

Fundación del Sindicato Único Nacional de Trabajadores Universitarios el 12 de octubre de 1979. Nicolás Olivos Cuéllar fue elegido secretario general.

Foro El Sindicalismo ante la Nación

El SNTE, el SME y la Confederación Obrera Revolucionaria convocaron, el 16 de febrero de 1995, al Foro El sindicalismo frente a la crisis y ante la nación. Asistieron la ATM, Asociación Sindical

de Pilotos Aviadores de México, Asociación Sindical de Sobrecargos de Aviación de México, Confederación Revolucionaria de Obreros y Campesinos, Frente Auténtico del Trabajo, Sindicato Independiente de Trabajadores de la UAM, Sindicato Nacional de Trabajadores del Seguro Social, STRM, Sindicato Único de Trabajadores de la Industria Nuclear y STUNAM, entre otras organizaciones.

UNT

Congreso Constitutivo de la Unión Nacional de Trabajadores, el 28 de noviembre de 1997, con la participación del SNTSS, STRM, STUNAM, Alianza de Tranviarios de México, SUTIN, Central Independiente de Obreros Agrícolas y Campesinos y otras organizaciones sindicales y campesinas.

Como puede observarse, en este breve recuento no se incluyen todos los procesos unitarios verticales y horizontales, sino sólo algunos de los más representativos. Asimismo, se dejan de lado la constitución de la LNC, la CCI y la CNPA, entre otras organizaciones representativas del campesinado.

Dos cuestiones pendientes

En los documentos expedidos por la Junta Promotora de la Nueva Central de Trabajadores no se alude a los procesos democráticos, antimperialistas y revolucionarios de América Latina y el Caribe, lo cual constituye un error que es menester enmendar. México no está al margen de las importantes luchas de los obreros, campesinos, indígenas, estudiantes, intelectuales, pueblos, naciones y Estados del subcontinente en defensa de sus recursos naturales, contra el intervencionismo norteamericano y el neoliberalismo, por el bienestar popular, la democracia, la soberanía nacional, la auténtica independencia y por un futuro en el que la clase obrera ocupe el papel hegemónico. México no sólo forma parte de América Latina, sino que es el país más poblado de habla española en el mundo entero. Nuestro porvenir está vinculado al futuro de la Patria Grande y así hay que verlo y considerarlo.

El Congreso debe definir la militancia de la nueva central en la organización que a lo largo del siglo XXI ha jugado y juega un rol fundamental en la movilización y unidad de los trabajadores y sus organizaciones representativas: la Federación Sindical Mundial, que agrupa en su seno al Frente Militante de Todos los Trabajadores (PAME) de Grecia, a la Confederación General de Trabajadores Portugueses-Intersindical Nacional, a la Langile Abertzaleen Batzordeak (Comisiones de Obreros Patriotas) de Euskal Herria, a la Confederación General de Trabajadores del Perú y a otras combativas centrales de América Latina, Europa, Asia y África. El lugar de la nueva central está en las filas de la FSM.

En las condiciones de un quiebre derechista, antinacional, antiobrero y pro gringo de la burguesía rascuache de México y sus partidos, debe ser saludado todo lo que permita desarrollar la conciencia, movilización y organización de los obreros, empleados, técnicos y profesionistas asalariados, mayormente si se busca construir una central que agrupe a los destacamentos sindicales independientes. Bienvenida, pues, la nueva central, porque para avanzar en la lucha social y política es imprescindible construir, desarrollar y fortalecer los instrumentos organizativos necesarios, con el objeto de enfrentar y derrotar a los gobiernos yancófilos del Partido Revolucionario Institucional y el Partido Acción Nacional. De lo contrario, México seguirá deslizándose por la pendiente que lo conducirá, sin duda, a la pérdida de la independencia nacional y a la colonización de los mayores criminales y expoliadores internacionales: los monopolios y gobiernos de Estados Unidos.

**Gerardo Peláez Ramos es autor, entre otras obras, de Partido Comunista Mexicano. 60 años de historia. (Cronología. 1919-1968), 2 tomos, Culiacán, UAS, 1980; Situación actual y perspectivas del movimiento sindical en México, Puebla, UAP, 1978; Historia del Sindicato Nacional de Trabajadores de la Educación, México, ECP, 1984, y Ed. del STUNAM, 2ª ed. corr. y aum., 2000; Las luchas magisteriales de 1956-1960, México, ECP, 1984; Historia del Sindicato de Trabajadores Académicos de la Universidad Autónoma de Guerrero, Chilpancingo, CESS del STAUAG, 1990; El sindicalismo magisterial. 1935-1943, México, SNTE, 1994; Diez años de luchas magisteriales (1979-1989), México, Ed. del STUNAM, 1999; Breve historia del STUNAM, México, UNAM-STUNAM, 2001, y Resumen histórico del SUNTU (1979-1995), Culiacán, SUNTUAS Académicos, 2004.*

Organizado por Ernesto Germano